

DEBATES SOCIAIS

DEMOCRACIA SOCIAL

Caderno 3

2021

CRAS

SOCIAL

LOAS

ASSISTÊNCIA SOCIAL

RENDA

INFORMAÇÃO

INTEGRAÇÃO

HABITAÇÃO

TRANSPARÊNCIA

COMUNICAÇÃO

DEMOCRACIA

EDUCAÇÃO

FOME

DIÁLOGO



ORGANIZAÇÃO
DAS VOLUNTÁRIAS
DE GOIÁS

GPS
Gabinete de
Políticas Sociais



É POR
VOCÊ
QUE A
GENTE
FAZ

INTRODUÇÃO

Apresento o terceiro caderno dos "Debates Sociais", iniciativa do Gabinete de Políticas Sociais (GPS), da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS).

Esta é uma integração concreta para construir e difundir conhecimento sobre a prática do trabalho social em Goiás.

Esse será o quinto curso desde que a Gerência de Gestão Social da OVG foi criada para poder apoiar cada entidade, CRAS, técnico, gestor e primeira-dama no trabalho de deter a pobreza, parar a reprodução da desigualdade e construir portas de saída em direção a uma inclusão social sustentável.

No caderno inicial debatemos a trajetória da Assistência Social. No Caderno 1, o Papel dos Trabalhadores no SUAS foi o alvo das nossas discussões. Já no Caderno 2, debatemos estudos de casos sobre os Usuários da Assistência Social. Fizemos, ainda, um Caderno Especial sobre o Serviço de Proteção e Acompanhamento Integral das Famílias - PAIF. E, agora, vamos debater neste caderno a Democracia Social.

Vale destacar que, de agosto de 2020 ao final de setembro de 2021, realizamos 6 cursos de Debates Sociais, 10 Mini-cursos, 67 encontros de oficinas temáticas e 28 de "O Papo Continua".

Foram 7.451 mil certificados emitidos em 229 municípios.

A capacitação no trabalho social deve ser sempre contínua e usada como instrumento para mudanças reais na vida das pessoas

“

A CAPACITAÇÃO NO
TRABALHO SOCIAL DEVE
SER SEMPRE CONTÍNUA
E USADA COMO
INSTRUMENTO PARA
MUDANÇAS REAIS NA
VIDA DAS PESSOAS.

”

O conhecimento, o debate e o intercâmbio de experiências não podem parar. Por isso, seguimos com nossa equipe de professores com experiência para ensinar e vontade de aprender com Goiás.

O Governo Estadual, em nome de toda nossa equipe, espera colaborar com a formação técnica dos profissionais da área, com temas atuais, diversos e pertinentes ao trabalho social. A aprendizagem, se tiver uma única direção, não colabora com o Desenvolvimento Social Familiar e Comunitário. Por isso, esperamos que o presente curso amplie e fomente o debate em cada município do Estado e que o conhecimento adquirido ao longo das próximas semanas resulte em mudanças reais dentro da prática social.

Desejo uma ótima leitura e um excelente curso.

GRACINHA CARVALHO CAIADO

Primeira-dama do Estado de Goiás

Presidente de honra da Organização das Voluntárias de Goiás

Presidente do Grupo Técnico Social de Goiás

Coordenadora do Gabinete de Políticas Sociais de Goiás

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
1. COMUNICAÇÃO, DIÁLOGO, DEBATES E DEMOCRACIA SOCIAL	07
2. PRÁTICAS SOCIAIS.....	09
3. SEM O CRAS NÃO EXISTE DEMOCRACIA SOCIAL	11
4. INTEGRAÇÃO E DEMOCRACIA SOCIAL.....	13
5. INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA SOCIAL	15
6. TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DEMOCRACIA SOCIAL.....	17
7. FOME E DEMOCRACIA SOCIAL	19
8. HABITAÇÃO E DEMOCRACIA SOCIAL	21
9. APRENDIZAGEM E DEMOCRACIA SOCIAL	23
10. A LOAS E A DEMOCRACIA SOCIAL.....	25
CRÉDITOS	27

APRESENTAÇÃO

DEMOCRACIA SOCIAL

SUA OPINIÃO

01. Democracia é apenas votar.

CONCORDO NÃO CONCORDO

02. Democracia é votar e ter direitos sociais assegurados.

CONCORDO NÃO CONCORDO

03. Democracia precisa de prática social transformadora.

CONCORDO NÃO CONCORDO

04. O conceito de Democracia Social é muito mais que uma teoria.

CONCORDO NÃO CONCORDO

05. Democracia Social é escutar, dialogar, entender, procurar, encontrar e, sobretudo deter a pobreza e a reprodução da desigualdade.

CONCORDO NÃO CONCORDO

Democracia, tradicionalmente, é reconhecida como um regime político em que todos os cidadãos participam igualmente — diretamente ou através de representantes eleitos, exercendo o poder e a governança.

A Democracia Social nos traz uma prática de democracia participativa e representativa de todos os entes da sociedade. O artigo 14 da Constituição Federal de 1988 garante a iniciativa popular como iniciadora de processos legislativos. O artigo 29 sobre a organização das cidades demanda a participação dos representantes de associações populares no processo de organização das cidades. Outros artigos requereram a participação das

associações civis na implementação das políticas de saúde e assistência social.

Mas a democracia é um fim ou um meio?

A democracia não é uma simples palavra. E, neste sentido, o conceito de Democracia Social passa necessariamente pela eleição de um governo capaz de construir um caminho seguro de mudança social.

Democracia Social é ir aonde não se vai e organizar proteção de desenvolvimento social para os extremamente pobres e invisíveis. É encontrar os “esconderijos” da pobreza e encontrar brasileiros esquecidos e abandonados.

Democracia Social é enfrentar a desigualdade, pobreza e as desproteções de brasileiros que ainda não vivem direitos.

Democracia sem educação não é democracia.

Sem aprendizagem não é democracia.

Sem habitação segura não é democracia.

Sem combater a desigualdade e a pobreza, não é democracia.

Sem garantir direitos não é democracia.

Sem garantir segurança também não é democracia.

A democracia é um conjunto de ações reais, concretas e responsáveis.

Democracia não é slogan. É ação. Democracia não é uma palavra. É consequência de uma governança preocupada e articulada com a realidade.

O Governo de Goiás compreende e exerce a democracia como um caminho de mobilidade social, educacional e de construção de igualdade através de uma agenda que responde ao que o povo de fato quer, precisa e tem direito.

A Democracia Social que exercemos tem que ser comprometida com o presente e com o futuro.

A Democracia Social é responsável fiscalmente, responsável socialmente e não separa economia de desenvolvimento social.

A Democracia Social soma e não divide.

A Democracia Social realiza e supera palavras.

A Democracia Social realiza e transforma.

PARA DEBATER

1. A Democracia Social é possível no Brasil com tanta pobreza e desigualdade?
2. A Democracia Social pode organizar novas rotas sociais para nosso trabalho?
3. Você saberia dar um exemplo de Democracia Social em seu município?
4. A Democracia Social tem compromisso em deter a pobreza e a reprodução da desigualdade?



01

COMUNICAÇÃO, DIÁLOGO, DEBATES E DEMOCRACIA SOCIAL

SUA OPINIÃO

01. As reuniões on-line de segundas e quartas-feiras são instrumentos importantes para a integração do trabalho social em Goiás.

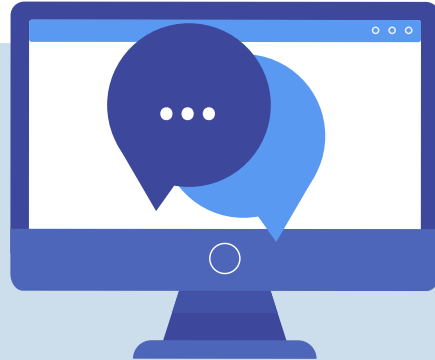
CONCORDO NÃO CONCORDO

02. As lives não são capazes de substituir os encontros presenciais. São apenas um “quebra galho”.

CONCORDO NÃO CONCORDO

03. A aprendizagem à distância e através das tecnologias de comunicação vieram para ficar.

CONCORDO NÃO CONCORDO



04. No início, era difícil participar de reuniões e debates pelo computador, mas hoje é algo natural.

CONCORDO NÃO CONCORDO

05. A tecnologia deve estar cada vez mais à disposição do trabalho social, mas devemos retomar com segurança os encontros presenciais.

CONCORDO NÃO CONCORDO

Não existe nenhuma possibilidade de se estabelecer uma Democracia Social no nosso fazer diário de trabalho e de prática sem diálogo e sem debate. Definitivamente é conversando que a gente se entende.

É dialogando que construímos as melhores saídas para os difíceis casos que enfrentamos. É debatendo que mergulhamos em novos conhecimentos que vão nos ajudar a deter a pobreza e a reprodução da desigualdade.

O trabalho social só pode ser conceituado dentro da Democracia Social se conseguirmos interagir, conversar e nos comunicar. Mas tudo isso deve ser feito com organização, planejamento e qualidade.

Dialogar e debater não é “bater papo”; é partir de um problema para entendermos o caminho

da solução. Isso porque a solução não é uma receita de bolo. Ela nunca está pronta e sempre deve ser construída de forma coletiva e participativa.

O tempo da decisão centralizada e “de cima para baixo” já passou. O tempo em que Goiânia tinha todas as respostas passou. Goiás é um Estado com 246 municípios, 246 opiniões e 246 vozes que devem ser escutadas na construção do trabalho social.

Quando a pandemia da Covid-19 começou, em março de 2020, não tínhamos como estar juntos fisicamente, mas vivemos em um tempo em que a tecnologia pôde estar ao nosso lado.

A decisão de iniciar as reuniões on-line ao vivo, a princípio às segundas, quartas e sextas-feiras e depois, às segundas e quartas, gerou

comunicação, interação e diálogo. Não ficamos sozinhos em nenhum momento, pois, nos momentos mais duros da pandemia, estávamos nos reunindo, conhecendo problemas, encontrando soluções e agindo. Em seguida, vieram os Debates Sociais para fortalecer nossa prática e nosso conhecimento.

E foi assim que todos puderam interagir, perguntar, opinar e propor. O Governo de Goiás escutou todas as cidades e, ao mesmo tempo, criou caminhos de aprendizagem e aperfeiçoamento de trabalho.

A pandemia poderia ter criado o silêncio, mas isso não ocorreu. Se algo de bom ocorreu neste tempo foi muito, mas muito barulho. Trabalho este que fizemos juntos e de forma integrada, para atravessar uma crise absolutamente inesperada.

A crise veio, se aprofundou, mas nós estivemos juntos usando da tecnologia para continuar construindo saídas. Assim, sairemos da pandemia mais unidos do que entramos, pois não deixamos que a comunicação entre nós fosse interrompida.



PARA DEBATER

1. A área social ainda tem muitas barreiras com a tecnologia?
2. A Democracia Social pode sobreviver sem estratégias de debate, diálogos e comunicação?
3. Depois da pandemia, as reuniões virtuais serão superadas e voltaremos só aos encontros presenciais?
4. Receber informação e poder tirar dúvidas e fazer propostas e solicitações seriam uma tradução simples de um dos princípios da Democracia Social?

02

PRÁTICAS SOCIAIS

A prática social é o caminho que temos para organizar a Democracia Social, de fato, na vida diária das pessoas, sobretudo as mais pobres. Sem prática, não existe ação e, sem ação, não existe mudança. Sem mudança, estamos condenando brasileiros e brasileiras para sobreviverem “do jeito que der”.

Nos anos 70, a formação profissional do trabalhador social foi absolutamente dominada pela teoria dos aparelhos ideológicos de Estado, defendida pelo pensador francês Louis Althusser. A convicção de que o trabalho institucional fortalecia a exclusão levou à construção de currículos, a partir da democratização, absolutamente teóricos e até mesmo envergonhados. A teoria, ao invés de iluminar, acabou matando práticas sociais importantes.

Mas como implantar o direito social sem o conhecimento das legislações e sem a técnica e o fazer social estabelecidos? Como desenvolver uma prática social dirigida ao caminho do direito se essa prática, ainda hoje, segue sendo negada?

Deixar a faculdade era e ainda é um “medo” contínuo dos alunos que se perguntam o tempo todo: “o que faz mesmo a Assistência Social?”. Muitos estudantes optam por prosseguir estudos em especializações ou em mestrados, pois não se sentem seguros para a prática social.

A verdade é que o caminho da prática social nunca foi fácil, mas é justamente lá que o trabalhador dos SUAS deve estar. Se não estiver, não há Democracia Social.

Nos primeiros anos da década de 90, tínhamos uma Constituição Cidadã para implantar,

SUA OPINIÃO

01. Existe prática sem teoria.

CONCORDO NÃO CONCORDO

02. Existe teoria sem responsabilidade com a realidade.

CONCORDO NÃO CONCORDO

03. Teoria e prática resultam em metodologia.

CONCORDO NÃO CONCORDO

04. A realidade deve ser o ponto de partida da teoria e da prática.

CONCORDO NÃO CONCORDO

05. A Democracia Social exige respeito à realidade e a soluções responsáveis e sustentáveis.

CONCORDO NÃO CONCORDO

mas a imensa maioria dos trabalhadores sociais estava impregnada por teorias desarticuladas da realidade e que negavam a proteção social.

Furar esses bloqueios para poder avançar na direção da proteção social estatal, inteligente, responsável e que gerasse resultados foi um caminho árduo, mas que muitos aceitaram enfrentar.

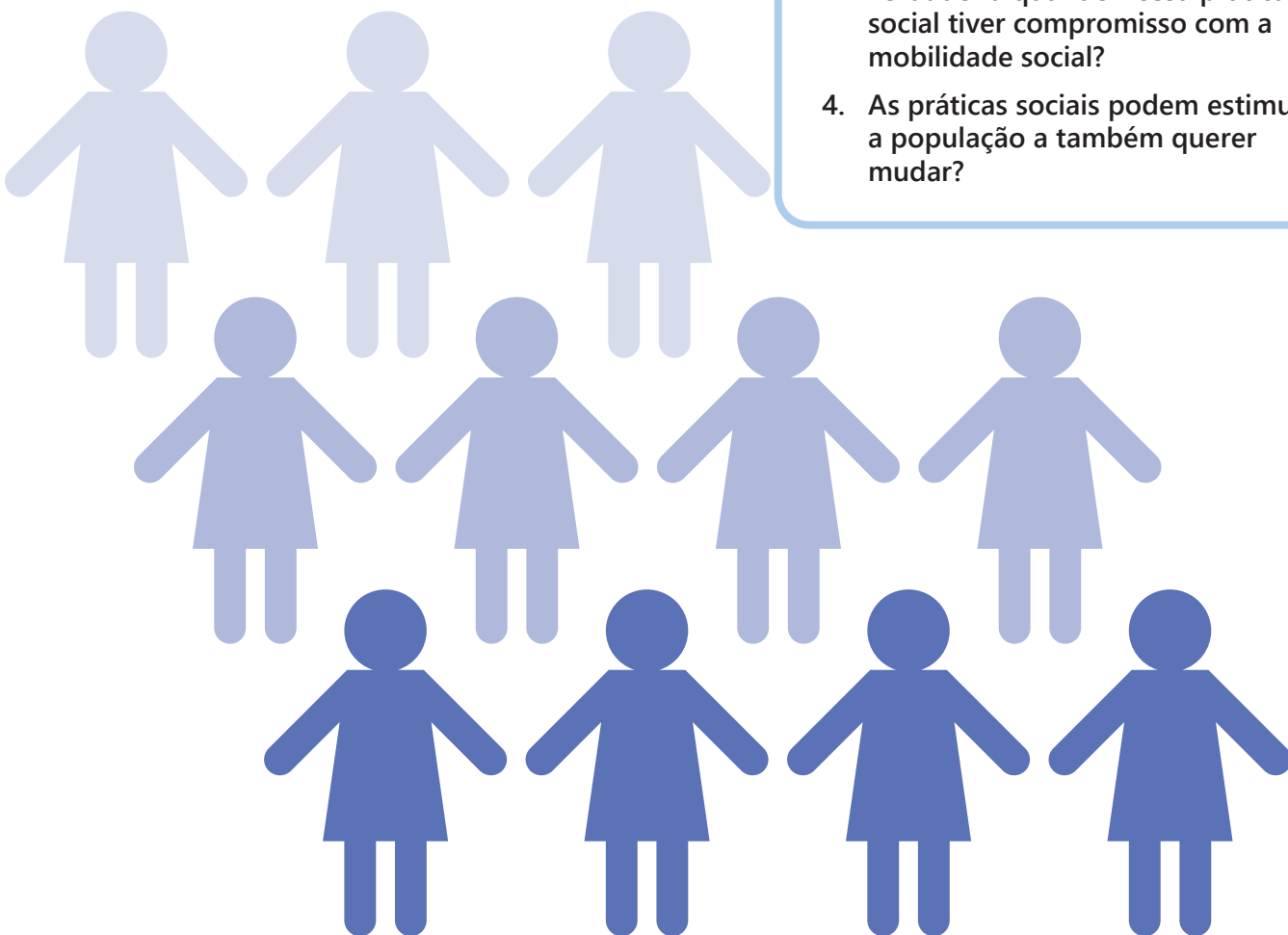
O Estado deve ser a inteligência do processo, mas ele nunca teve ou terá todas as respostas frente aos imensos desafios da pobreza. A voz de quem vive a desproteção social e a sociedade tem um papel fundamental neste

sentido. Isso porque o aprendizado se constrói na observação, na troca constante de informações e nos debates. Mas, sem prática social, estamos apenas debatendo e não construindo soluções e gerando mobilidade social.

A prática social é o nosso desafio profissional e é o caminho mais seguro para gerar mobilidade social, deter a pobreza e estancar a reprodução da desigualdade.

PARA DEBATER

1. Existe prática social sem compromisso com a mudança e mobilidade social?
2. A prática social pode gerar retrocessos no caminho da mobilidade social?
3. A Democracia Social será verdadeira quando nossa prática social tiver compromisso com a mobilidade social?
4. As práticas sociais podem estimular a população a também querer mudar?



SUA OPINIÃO



01. O CRAS deve cuidar apenas do que é urgente na vida da família.

CONCORDO NÃO CONCORDO

02. O CRAS deve ter atenção com as famílias para compensar suas desproteções sociais.

CONCORDO NÃO CONCORDO

03. O CRAS sozinho consegue resolver os problemas urgentes das famílias.

CONCORDO NÃO CONCORDO

04. A Democracia Social não precisa do trabalho do CRAS.

CONCORDO NÃO CONCORDO

05. O CRAS que atua a partir da Democracia Social busca a autonomia das famílias e não o número crescente de famílias atendidas.

CONCORDO NÃO CONCORDO

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada no Sistema Único da Assistência Social (SUAS). É através do CRAS que organizamos o caminho para as famílias saírem da exclusão em uma travessia segura para a inclusão social sustentável. E é neste sentido que o CRAS tem total protagonismo na Democracia Social.

Podemos considerar que existem três tipos de CRAS funcionando hoje no Brasil. Vamos a eles:

1. DEMANDATÓRIO

Este, sem dúvida, é o pior dos três. É o CRAS que não faz vigilância social, não realiza busca ativa, não abre os dados do Cadastro Único e nem sequer conhece os dados do IMCF - Índice Multidimensional de Carência das Famílias Goianas (IMCF).

É o CRAS que resolve questões pontuais e que espera a demanda surgir. Quem procura recebe atenção e até recebe o que precisa, mas não há porta de saída da pobreza.

É o CRAS que faz o dia a dia, cuida do hoje e da urgência, sem construir qualquer caminho para a família.

2- COMPENSATÓRIO

Este é o CRAS que organiza caminhos para “compensar” as desproteções.

Não tem renda? Vai para o Bolsa Família. Não quer estudar? Vai para o curso profissionalizante. Não tem habitação segura? Inscreve em um programa habitacional. Tem alguma doença crônica? Articula o tratamento com a Unidade de Saúde.

A pobreza existe e existirá, mas sempre encontra o caminho da compensação. É o que chamamos de Gestão Diária da Pobreza.

Esse é o CRAS mais atuante no país. É um CRAS cheio de projetos e de atendimentos, mas sem acompanhamento e plano de travessia social.

É o CRAS funcional. Não deixa que a pobreza mate ninguém, mas não trabalha para matar a pobreza.

3- EMANCIPATÓRIO

O verdadeiro motivo do CRAS existir é para garantir direitos sociais, deter a pobreza e superar a reprodução da desigualdade.

O CRAS emancipatório anda escasso no Brasil, pois a grande maioria fica preocupada em organizar programas e projetos, e não em organizar o resultado de mobilidade social das famílias.

O CRAS que tem como meta a emancipação se organiza para acompanhar a família e sai do

isolamento para assumir desafios sociais com a Educação, Saúde e Habitação.

Vamos ao exemplo do programa Goiás Social. O Goiás Social é uma ação de governo criada para o enfrentamento às desproteções sociais nos municípios goianos. Não se trata de uma ação isolada, mas sim integrada, com políticas para que a família consiga construir a sua autonomia e emancipação.

O Goiás Social atua para que a família precise cada vez menos de proteção social, pois está fortalecida e organizada para garantir a sua própria proteção e sustentabilidade. O Goiás Social acredita e defende que não existe inclusão temporária. Neste sentido, torna-se fundamental que o resultado do trabalho garanta inclusão sustentável. E o CRAS emancipatório acredita e apoia essa realidade.

É evidente que demandas urgentes e processos compensatórios existem e sempre existirão, mas não podemos nos conformar com eles. Precisamos ir adiante e garantir a emancipação. Se não trabalharmos na direção da autonomia e da emancipação não estamos fortalecendo a Democracia Social.

PARA DEBATER

O CRAS da sua cidade pode se definir como demandatório, compensatório ou emancipatório?

Você acredita na emancipação ou nosso trabalho é apenas compensar?

O Goiás Social quer fazer a gestão diária da pobreza ou superar a pobreza?

A Democracia Social requer compromisso com a mudança e com a mobilidade social?



SUA OPINIÃO**01. Integração de governo é impossível.** CONCORDO NÃO CONCORDO**02. É melhor que cada política pública cuide de sua parte e a faça bem feito do que lutarmos pela integração de políticas públicas.** CONCORDO NÃO CONCORDO**03. Nenhuma política pública gosta de trabalhar de forma integrada, pois isso enfraquece seus objetivos e visibilidade.** CONCORDO NÃO CONCORDO**04. Sem integração das políticas públicas não existirá Democracia Social.** CONCORDO NÃO CONCORDO**05. Você conhece a experiência do Gabinete de Políticas Sociais de Goiás e ela funciona na sua cidade.** CONCORDO NÃO CONCORDO

Não existe Democracia Social sem o trabalho organizado, articulado e integrado das várias áreas de um governo. E esse trabalho deve ser a bússola da mudança e não um esconderijo de problemas. A gente se integra para resolver e nunca para se esconder.

Desde janeiro de 2019, o Governo de Goiás escolheu essa bússola ou melhor o GPS (sigla do Gabinete de Políticas Sociais). Iniciamos uma experiência que não é fácil de executar: o trabalho em conjunto. Partimos da premissa de que as demandas devem ser comuns a todo o governo e não apenas a uma área.

Isso porque não se garante mobilidade e autonomia trabalhando de forma isolada e solitária. A mudança real só pode ser construída com o apoio mútuo das diferentes políticas públicas.

Não faz sentido que uma mesma família seja atendida de forma fragmentada por cada secretaria. Isso é perda de tempo, perda de foco, perda de recursos e perda de resultados.

Política Pública que não quer integrar é egoísta e vaidosa. Sua preocupação é com o slogan e não com o resultado.

E, sim, dá trabalho integrar. Não é fácil fazer com que todos sintam e construam soluções conjuntas. Não é fácil fazer concessões em conceitos para somar com outros conceitos desconhecidos.

As lógicas e as normas das políticas públicas são diferentes. Por exemplo, a Saúde tem o Sistema Único de Saúde (SUS), a Assistência tem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Educação tem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). As normas, diretrizes e indicadores podem sim ser distintas. A largada de cada política pública é diferente, mas a chegada deve ser compartilhada.



Dentro deste contexto, o Gabinete de Políticas Sociais foi a estratégia adotada pelo Governo de Goiás para operar a integração e a construção comum do resultado que é a mobilidade social. Apostamos na integração de políticas públicas para sair, encontrar e resolver os problemas reais das famílias, promovendo sempre o caminho da emancipação através da integração.

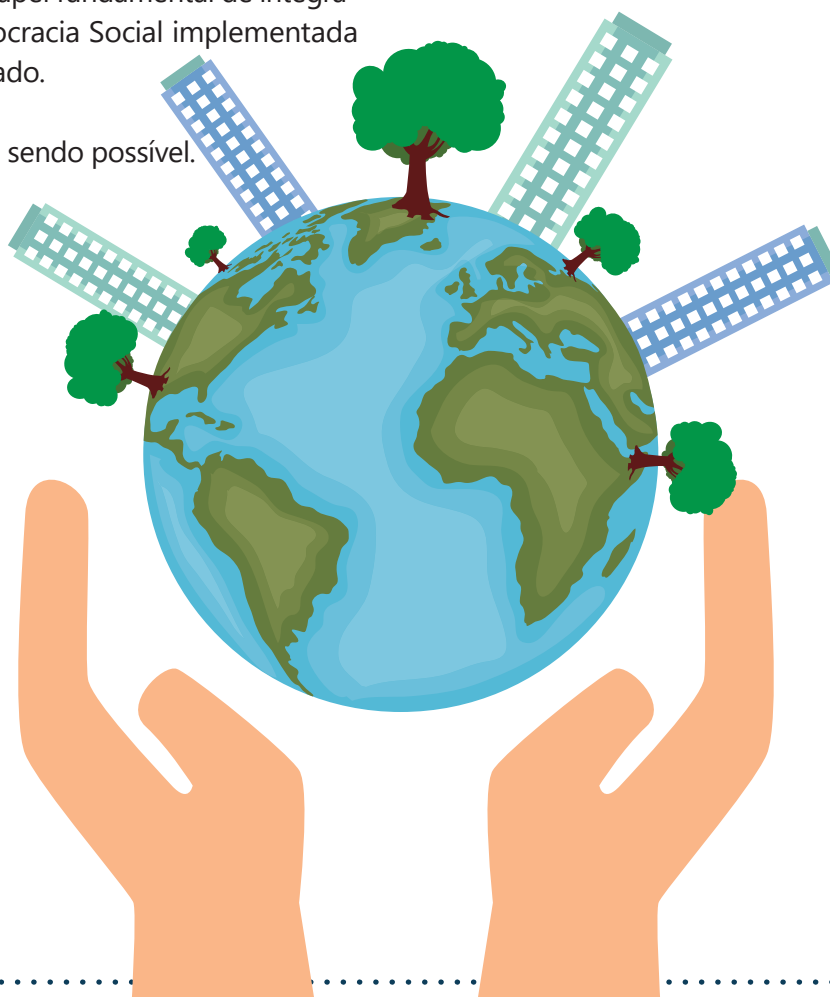
Não é blá blá blá, não é assembleísmo e nem conversa fiada. Integração e diálogo são os pilares da Democracia Social e, neste sentido, o resultado é coletivo, participativo e responsável com quem realmente precisa .

Hoje, o GPS é uma realidade consolidada e enfrenta sim dificuldades pontuais, sem deixar jamais de seguir exercendo o papel fundamental de integração dentro da Democracia Social implementada pelo Governo do Estado.

Foi possível e seguirá sendo possível.

PARA DEBATER

1. No seu município, as políticas públicas trabalham de forma integrada?
2. Você acredita que é possível alcançar resultados fazendo sozinho ou em conjunto?
3. Unir as políticas é sinal de que a Democracia Social está funcionando?
4. A Democracia Social tem todas as respostas prontas?



SUA OPINIÃO

01. Quem conhece a cidade na palma da mão não precisa se preocupar com informação social para trabalhar.

CONCORDO NÃO CONCORDO

02. O Brasil tem indicador e informações demais, mas isso não significa que estejamos construindo mobilidade social.

CONCORDO NÃO CONCORDO

03. Tem muita informação que não corresponde à realidade da minha cidade.

CONCORDO NÃO CONCORDO

04. A Democracia Social precisa de informações seguras para construir a mobilidade social.

CONCORDO NÃO CONCORDO

05. O Cadastro Único, na verdade, serve apenas para o Bolsa Família.

CONCORDO NÃO CONCORDO

Durante os últimos 16 meses de Debates Sociais usamos muito a seguinte expressão: **“Quem não sabe o que procura, não entende o que encontra”**.

Isso porque o nosso trabalho precisa de informações e não pode ser realizado na base do “achismo” ou da sorte. Nosso trabalho é técnico e requer conhecimento. E onde que fomos buscar essas informações e esse conhecimento? No Cadastro Único.

A gente não inventou nada novo, não fizemos um novo cadastro. O que fizemos foi colocar

o cadastro em evidência. Tirar as informações das prateleiras ou dos computadores e, de fato, conhecê-las e interpretá-las.

Mais do que conhecer a informação é importante que esta informação seja a base do nosso trabalho. Por isso, em janeiro de 2019, decidimos que o Cadastro iria ser prioridade e a principal base de dados.

Para qualificar a base de dados e as informações do Cadastro, e com base na proposta do Indicador Brasileiro de Pobreza e do conceito de Pobreza Multidimensional, construímos em Goiás o Índice Multidimensional de Carência das Famílias Goianas (IMCF).

Desde fevereiro de 2019, classificamos todas as cidades e também todas as famílias em risco. E por que fazemos isso? Para priorizar urgências, para chegar mais rápido nas famílias que mais precisam e para monitorar o resultado.

A cada seis meses, fazemos uma reavaliação do IMCF através do Instituto Mauro Borges (IMB). Já foram realizadas sete avaliações e é possível perceber evidências muito fortes de que Goiás deixou a inércia social.

O índice nos mostrou onde estávamos e nos apontou um limite para jamais retrocedermos. O IMCF oferece nitidez para as ações e mostra se estamos ou não melhorando a vida dos goianos.

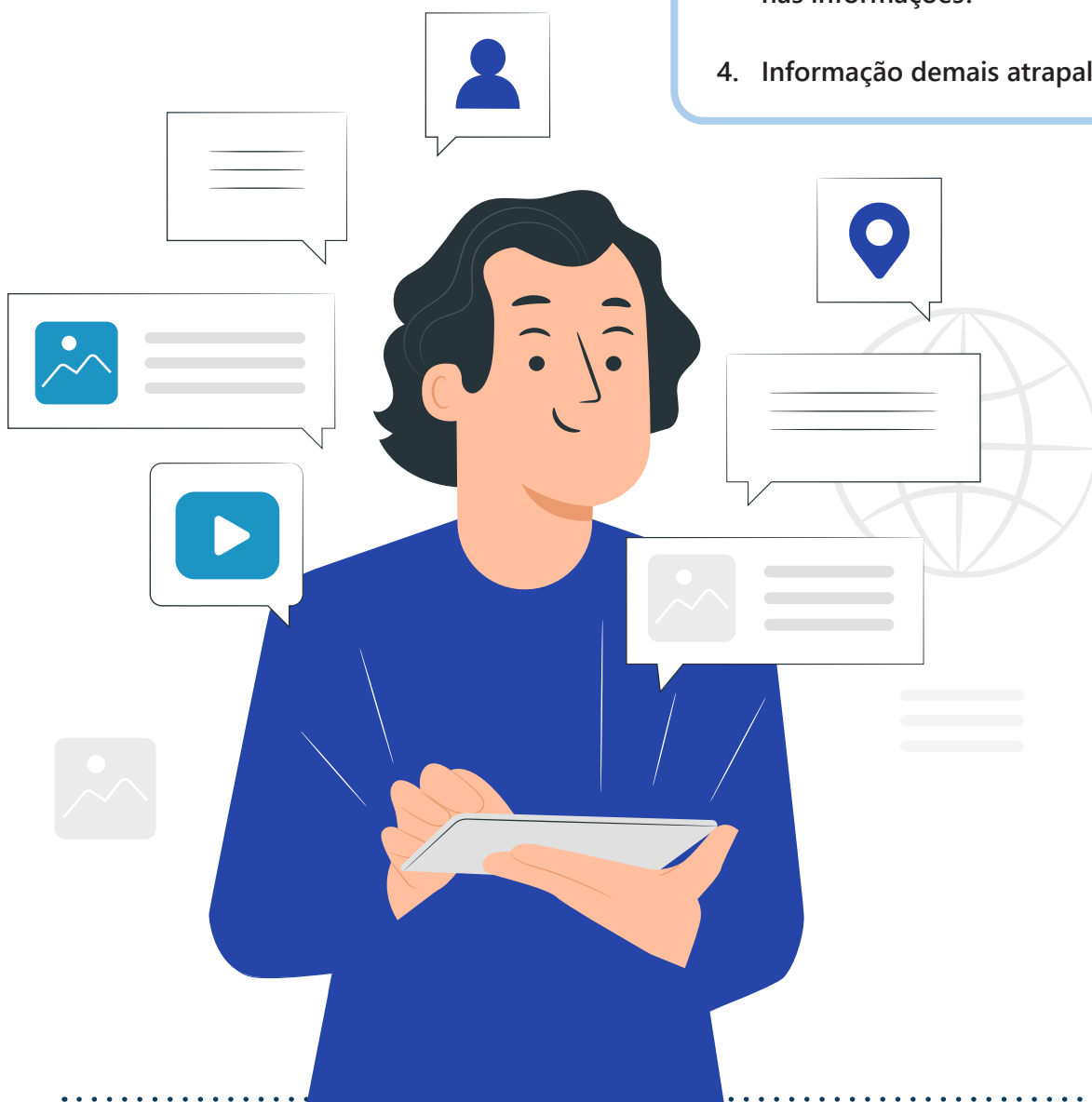
Agora, contamos com uma série histórica que vem mostrando que, pouco a pouco, estamos saindo da inércia e caminhando para um processo continuado de superação. Deixamos o “achismo” de lado e, com total transparência social, estamos desenvolvendo nossas ações onde de fato é prioridade.

Transparência, informação e focalização são alcances fundamentais para a Democracia Social. Hoje, quando realizamos o Goiás Social, o Crédito Social ou o Mães de Goiás, busca-se, antes de qualquer coisa, a informação para saber onde e como começar.

O IMCF não é um instrumento do governo. É um instrumento de estado para, no presente, construir a Travessia Social, segura, responsável e transformadora - o maior norte da Democracia Social.

PARA DEBATER

1. Vocês conhecem bem o IMCF de Goiás?
2. Vocês conhecem a base de dados do Cadastro Único?
3. É possível falar em Democracia Social sem garantir a transparência nas informações?
4. Informação demais atrapalha?



06

TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DEMOCRACIA SOCIAL

SUA OPINIÃO

01. A transferência de renda começou com o Bolsa Família em 2004.

CONCORDO NÃO CONCORDO

02. Transferência de Renda é uma segurança social, mas que sozinha não detém pobreza.

CONCORDO NÃO CONCORDO

03. A transferência de renda é muito importante para combater a fome e a insegurança alimentar.

CONCORDO NÃO CONCORDO

04. O Cartão de Transferência de Renda deve ser ponto de partida para inclusão social e não o ponto de chegada.

CONCORDO NÃO CONCORDO

05. Na Democracia Social não se pode comemorar apenas entradas, mas sobretudo saídas de programas de transferência de renda.

CONCORDO NÃO CONCORDO

Os programas de transferência de renda vão fazer, no ano de 2024, 30 anos de existência no Brasil. As primeiras iniciativas neste sentido surgiram em Campinas, depois em Brasília, até o surgimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 1996, e uma série de outros programas que, no final de 2004, foi unificada no Bolsa Família.

Antes de mais nada, é preciso entender que transferência de renda é uma política compensatória. Mas não se combate a pobreza apenas com renda transferida.

De fato, não há dúvidas de que a Segurança Social de Renda é fundamental para as famílias pobres e extremamente pobres do Brasil. Defender a transferência de renda é, sem dúvida, defender um patamar mínimo de dignidade para as famílias.

Mas não podemos celebrar entradas, entradas e mais entradas em programas de transferência de renda. Isso porque a verdadeira Democracia Social se estabelece quando há autonomia e a travessia é conquistada. Assim, celebramos saídas e mais saídas.

Mas não estamos falando de saída por conta de cortes de orçamento ou descontinuidade. A saída que devemos celebrar é a saída pela porta frente com famílias autônomas e emancipadas.

Em Goiás, há transferência de renda, feita de forma estudada, organizada e focalizada. Estamos falando do Mães de Goiás, um programa de transferência responsável.

O Mães de Goiás atinge todas as mães em situação de extrema pobreza com filhos de zero a seis anos, que estão dentro do Cadastro Único.

Para afirmar que o programa atende o conceito de Democracia Social, devemos destacar três questões importantes:

1- Transparência total, uma vez que o Cadastro Único é usado como base de identificação.

2- Foco na prioridade, que é a primeira infância e as crianças que ainda não estão na escola.

3- É um direito de todos e não de escolhidos, uma vez que todas as famílias em situação de desproteção social irão receber.

O Mães de Goiás rompe com a inércia social e passa a construir a inclusão social das famílias. O Mães de Goiás é um programa compensatório, mas tem também a diretriz da emancipação. Não foi concebido para ser para sempre e nem para ter metas dobradas a cada ano.

Se este fosse o caso, estaríamos apenas fazendo a gestão diária da pobreza e deixando que pobres sigam pobres, recebendo uma bolsa. Não, queremos e trabalhamos para que pobres saiam da pobreza e não deixem de herança para seus filhos ou netos um novo cartão de transferência de renda.

O Mães de Goiás é temporário, pois a real Democracia Social sempre seguirá o caminho da autonomia, travessia e emancipação. Muita gente diz que a transferência de renda

acomoda as pessoas. Pode até ser verdade, mas o mais grave é quando a transferência de renda também acomoda os governos. É neste caso que a Democracia Social é totalmente destruída.

PARA DEBATER

1. É possível deter a pobreza apenas com Transferência de Renda?
2. Transferência de Renda deve ter condicionalidades como educação, saúde e capacitação profissional?
3. Não seria mais eficiente se houvesse uma transferência de renda unificada entre os três entes de governo.
4. Os CRAS se acomodam com a transferência de renda?



SUA OPINIÃO**01. Só passa fome quem quer.** CONCORDO NÃO CONCORDO**02. O número de famílias indo ao CRAS pedindo cesta básica aumentou muito.** CONCORDO NÃO CONCORDO**03. Distribuição de cesta básica não resolve o problema crônico da fome, mas coloca comida na mesa das pessoas e isso é Democracia Social.** CONCORDO NÃO CONCORDO**04. Não se deve dar comida nas ruas para os pobres.** CONCORDO NÃO CONCORDO**05. A merenda escolar é a principal forma de combater a fome.** CONCORDO NÃO CONCORDO

A fome é uma velha conhecida da pobreza.

A verdade é que a fome sempre foi um problema grave no mundo, tão grave que, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou uma agência para apoiar e combater a fome. Desde então, o FAO (Fundo de Alimentação da ONU) vem tentando combater um problema crônico.

Sobre isso, o professor Josué de Castro lançou, em 1946, o livro mais importante da história acerca do tema, "A Geografia da Fome". Na obra, o autor faz um estudo minucioso que relaciona questões econômicas, naturais e culturais à problemática da fome.

O que fica claro ao se interpretar a obra de Castro sob a luz da Assistência Social é que onde há fome não há nenhuma possibilidade de haver Democracia Social. Onde há fome a vida está esquecida e a morte ocupa todo o espaço.

A fome mata a oportunidade, impossibilita aprendizagem, provoca severas rupturas familiares e a violência. A fome desmonta qualquer indício de cidadania.

Muito se avançou nesta questão desde o início dos anos 90, mas a fome volta a assombrar o brasileiro, sobretudo com o início da pandemia da Covid-19. A quantidade de comida diminuiu e a qualidade desapareceu. Mas são justamente nestes momentos que se torna fundamental reagir com urgência. A fome não pode esperar.

Foi frente a este desafio que Goiás agiu para garantir a segurança alimentar dos goianos em extrema pobreza e completou a entrega de mais de 1 milhão de cestas básicas para todas as cidades do Estado, enquanto, ao mesmo tempo, seguiu com estratégias inteligentes como o Cartão Alimentação, substituindo a merenda escolar nas unidades escolares, que ficaram fechadas durante o período da pandemia. A merenda escolar é parte responsável pela segurança alimentar de milhares de famílias e a administração estadual não poderia deixar goianos e goianas desamparados, sem a alimentação digna para crianças e adolescentes.

Além disso, ainda devido ao período pandêmico, os Restaurantes do Bem da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) passaram a distribuir marmitas à população. Assim, a pessoa retira o alimento e pode comer em casa, sem risco de aglomeração e possível contágio pelo Coronavírus.

As 13 unidades espalhadas por todo o Estado serviram, apenas em 2021, 2.394.321 refeições.

O trabalho não para por aí. O Banco de Alimentos, gerido pela OVG desde o início de 2019, beneficiou 242 instituições sociais e 2.526 famílias, com a doação de aproximadamente 3.176 toneladas de frutas, verduras e legumes, alcançando uma média de 45 mil pessoas. Além disso, como auxílio na luta contra a fome, o Banco de Alimentos já promoveu, em todo o Estado, ações de educação alimentar e nutricional para 724 entidades sociais e para 620 famílias em situação de vulnerabilidade social. Para se ter uma ideia, o total de alimentos doados apenas em setembro de 2021 foi de 139 toneladas. Desde que a OVG assumiu a unidade, o número já soma mais de 3 mil toneladas.

Também com o objetivo de ampliar a segurança alimentar das famílias, o governo lança em 2021 o Mix do Bem, que é um composto nutricional de arroz branco, proteína de soja, tomate desidratado, cenoura desidratada, alho desidratado e cebola desidratada. Cada pacote contará com 500 gramas de alimento, que rende até 10 refeições individuais. O Mix oferecerá uma refeição saborosa e nutritiva com o objetivo de ampliar o ciclo de atendimentos do Banco de Alimentos da OVG. Além do Mix do Bem, alimentos higienizados e embalados a vácuo e frutas e vegetais desidratados também serão oferecidos à população vulnerável.

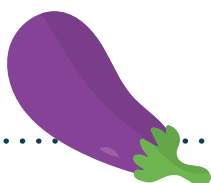
Em resumo, foi preciso montar uma verdadeira força-tarefa de urgência para garantir a segurança alimentar dos goianos em situação de vulnerabilidade social. Assistência Social, Educação e OVG juntaram estratégias para que a comida chegasse na mesa das famílias.

Em tempos de crise social, o caráter da urgência precisa ser acionado instantaneamente. Isso é Inteligência Social, fruto de quem defende a Democracia Social. O problema era real e demandava ação imediata. Cestas básicas não resolvem a questão da insegurança alimentar como problema estruturante, mas matam a fome e, enquanto o Brasil não se recupera da crise, é preciso agir.

Agir sobre a urgência é fundamentalmente um pilar da Democracia Social.

PARA DEBATER

1. A inflação colabora para aumentar a fome ?
2. O Valor do Bolsa Família não dá mais para assegurar quantidade e qualidade na alimentação?
3. Quem tem fome tem pressa?
4. A Democracia Social faz sentido enquanto a população passa fome?



SUA OPINIÃO

01. A moradia é um espaço de convivência familiar, mas também de proteção.

CONCORDO NÃO CONCORDO

02. Uma criança tem dificuldade de aprendizado em uma moradia precária.

CONCORDO NÃO CONCORDO

03. As pessoas podiam cuidar melhor de suas casas ao invés de ficarem reclamando.

CONCORDO NÃO CONCORDO

04. Se a pessoa está com medo de morar em uma casa velha, deve ir, então, para um abrigo.

CONCORDO NÃO CONCORDO

05. Casa de graça é uma esmola social. É preciso pagar nem que seja 1 real.

CONCORDO NÃO CONCORDO

A casa é onde vivemos, onde dormimos, onde nos alimentamos, onde nos protegemos. A casa é um símbolo de proteção. Ou, ao menos, onde deveríamos nos proteger.

Grande parte dos brasileiros ainda convive com graves inseguranças habitacionais, e em Goiás não é diferente.

Tem casa sem saneamento, sem banheiro, sem janela. Tem casa caindo ou que até já caiu. Tem casa ocupada por mais de uma família, com um cômodo só e com várias pessoas. Tem casa sem luz, sem água e tem casa em que as crianças não têm como estudar. Tem também casa com

bichos que passam doenças. Tem casa que o pobre ainda precisa pagar aluguel, ou que está com aluguel atrasado.

Tem gente sem casa e tem gente que a casa é na rua. Tem gente, muita gente que o que mais quer é conseguir a sua casa própria ou a reforma da sua casa.

Morar com dignidade, segurança e com condições sanitárias é uma condição fundamental da Democracia Social. Adiar a moradia segura não faz parte de quem defende e trabalha para construir uma Democracia Social com plenitude.

Frente a este desafio, não dá para ficar parado. Em Goiás, contamos com o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege Goiás). Neste ano, o Conselho do Fundo tomou uma decisão histórica e garantiu verba milionária para construção e reforma de casas.

Ao garantir tanto dinheiro para um único ano, Goiás tem a possibilidade de mudar vidas, de garantir vínculos familiares e de estruturar o principal espaço de proteção de crianças e famílias. Um espaço que, ao chover, não se molha e que, ao ventar, não causa medo. Um espaço de saúde e de segurança.

Garantir esta segurança no campo habitacional não é favor do governo e sim o exercício de uma sólida responsabilidade.

Com membros do governo e da sociedade civil, o Conselho do Fundo Protege garantiu dentro do orçamento do Goiás Social a construção e reformas de casas, pois entendeu que, sem a segurança da moradia, as outras ações também se fragilizariam.

Nenhuma política da Democracia Social com a habitação segura se resolve em um governo, mas é preciso começar e avançar. Habitação segura não é ação de um governo, mas de muitos. Se este trabalho tivesse começado há muito mais tempo, o problema seria muito menor. Mas o que importa agora é que já começou. Não vai terminar rápido, mas vai seguir agora continuamente mudando realidades e realizando sonhos.

PARA DEBATER

1. O Brasil tem uma política de Moradia Social?
2. Qual é a sua opinião sobre a construção de casas e melhorias habitacionais dentro do Goiás Social?
3. Em Goiás, há muito espaço. É melhor construir casas ou conjuntos habitacionais?
4. Por que o abrigo não substitui a moradia?



SUA OPINIÃO

01. A pandemia atrapalhou muito a Educação no Brasil.

CONCORDO NÃO CONCORDO

02. Nenhum aluno aprendeu nada em 2020 e 2021. Aula é dentro da escola.

CONCORDO NÃO CONCORDO

03. A aprendizagem é fundamental para que tenhamos de fato uma Democracia Social no Brasil.

CONCORDO NÃO CONCORDO

04. A Educação teve uma capacidade incrível de reinvenção durante a pandemia.

CONCORDO NÃO CONCORDO

05. O SUAS precisa começar a se organizar na busca ativa de crianças e adolescentes que evadiram da escola durante a pandemia.

CONCORDO NÃO CONCORDO

Não existe caminho mais seguro para deter a pobreza e a reprodução da desigualdade do que a Educação. É o conhecimento que organiza e estrutura a emancipação e autonomia. Sem o conhecimento, ficamos amarrados em correntes que nos prendem à pobreza, ao desemprego e à desigualdade.

Quanto mais anos de estudo, maior é a renda do trabalhador, menor é o desemprego e melhor é a renda familiar.

Se não há conhecimento e aprendizagem, não há Democracia Social. E é preciso ter cuidado com o

início das crianças na escola, com a sua aprendizagem, frequência e também com suas famílias.

Também não podemos esquecer e desistir de quem evadiu da escola e não podemos tratar como invisíveis os adultos analfabetos e com baixa escolaridade. É sempre tempo de voltar para a escola e tempo de aprender. É sempre tempo de ter o direito a ler e a escrever.

As correntes que nos prendem à pobreza, desigualdade e desemprego nunca serão mais fortes que o conhecimento.

Durante a pandemia, Goiás teve que se reinventar no âmbito educacional por meio do ensino remoto, híbrido ou mesmo por apostilas entregues aos alunos nos lugares mais distantes. A sala de aula e a falta do convívio na escola fizeram muita falta, mas não aceitamos parar e esperar a pandemia passar.

Em um imenso mutirão dos trabalhadores da Educação, a aprendizagem chegou a crianças e adolescentes em todo o Estado via papel, Facebook,



WhatsApp, celular, computador ou TV. Nenhuma forma foi desprezada para que o principal pilar da Democracia Social fosse assegurado.

É claro que há muitas avaliações para se fazer sobre este novo tipo de aprendizagem. Precisaremos continuar a resgatar alunos, mas, em nenhum minuto destes tempos difíceis, desistimos de ensinar e do direito do aluno de aprender.

Outro ponto fundamental na atuação do Governo do Estado foi a criação do Auxílio Alimentação, que garantiu a segurança alimentar dos alunos que foram obrigados a ficar em casa com a pandemia. Sabíamos, desde o princípio, o quanto a merenda escolar tem um papel essencial no combate à insegurança alimentar e definitivamente não era o momento para economia de gastos. Assim, o auxílio foi entregue a cada aluno e família para que o peso da ausência da merenda escolar fosse, ao menos, amenizado.

A escola é o farol de um bairro, de uma cidade e um centro fundamental de conhecimento. As escolas ficaram fechadas, mas a aprendizagem saiu pelo portão, entrou nos celulares, nas TVs, nos computadores e andou muitas estradas de chão para que chegasse até ao aluno mais vulnerável.

Goiás enfrentou uma crise sanitária sem precedentes sem jamais abrir mão da força da aprendizagem e do caráter transformador da escola e da Educação.

PARA DEBATER

1. Quem deve se responsabilizar pela busca ativa de alunos evadidos são as escolas?
2. Qual o papel do SUAS na busca ativa de alunos que evadiram ou desistiram de estudar?
3. É possível ter consistência no trabalho do SUAS sem a garantia da aprendizagem e do conhecimento?
4. O SUAS deve se aproximar da Educação cada vez mais na intenção de deter a pobreza e a reprodução da desigualdade?



SUA OPINIÃO

01. A Assistência Social fez muito pouco frente à pandemia. Houve acomodação.

CONCORDO NÃO CONCORDO

02. A Assistência Social foi uma política que não fugiu de suas responsabilidades durante a pandemia.

CONCORDO NÃO CONCORDO

03. A LOAS é uma lei em defesa da Democracia Social.

CONCORDO NÃO CONCORDO

04. Ainda falta muito para a Assistência Social se consolidar como política pública no Brasil.

CONCORDO NÃO CONCORDO

05. A Assistência Social é uma política com trabalhadores comprometidos e ativos na garantia de direitos.

CONCORDO NÃO CONCORDO

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) sancionada pelo Presidente Itamar Franco em 7 de Dezembro de 1993 é uma verdadeira carta de princípios sobre a Democracia Social.

A definição da Assistência Social como “política pública de seguridade social, dever e responsabilidade do Estado e direito do cidadão” é o anúncio do que devemos e podemos fazer em direção ao que de fato queremos no nosso trabalho diário.

Neste sentido, a LOAS vai além e diz que é dever prover mínimos sociais para cada cidadão. E

este provimento tem total articulação com os conceitos de autonomia e emancipação.

Se a Assistência Social não tem a direção de deter a pobreza, ela não é Assistência Social. Se a Assistência Social não tem a direção de estancar a reprodução da desigualdade e a se comprometer com a construção da igualdade, ela também não é Assistência Social. Se a Assistência Social não tem a direção de garantir o acesso ao mercado de trabalho e a mínimos sociais, ela não é Assistência Social. Se a Assistência Social não tem a direção de garantir a proteção social para a família e para as diversas comunidades territoriais e identitárias, ela não é Assistência Social.

Já são 28 anos de LOAS e ainda estamos construindo o seu alicerce, mas nunca desistimos. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) sofre dificuldades, mas não cede e segue em frente.

E é neste sentido que trabalha o Governo de Goiás, visando a Democracia Social e debatendo de forma ávida o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Fortalecer a Assistência Social foi e é um desafio constante. Na gestão social goiana, o cofinanciamento da Assistência Social via Fundo Estadual para os fundos municipais foi uma decisão acertada e que englobou todos os municípios. Nenhum dos 246 municípios ficou de fora.

Além disso, estivemos muito próximos dos gestores e gestoras, primeiras-damas e técnicos do SUAS por meio de nossas lives, debates sociais, minicursos e oficinas temáticas. Assim, construímos um caminho importante para o

fortalecimento da direção que a Assistência Social deve seguir.

Não pode haver a Assistência Social do Município, do Estado ou do governo federal. Existe apenas uma Assistência Social, aquela em que se organiza o Sistema Único da Assistência Social e que, especificamente em Goiás, foi fundamental durante toda a pandemia.

Assim, o presente curso, de número quatro, termina com um muito obrigado a todos que, durante todo este tempo de dificuldades, não fugiram de suas responsabilidades. Pelo contrário, foram cada vez mais à luta para garantir direitos, combater a fome, transferir renda e sobretudo construir a autonomia e a emancipação das famílias goianas.

PARA DEBATER

1. O SUAS sairá mais forte e mais conhecido da sociedade depois da pandemia?
2. Os CRAS serão reconhecidos como a porta de entrada na proteção social?
3. Teremos condições de divulgar a Democracia Social em todo País?
4. Como foi trabalhar no SUAS com as adversidades comuns e as adversidades trazidas especialmente pela pandemia?



DEBATES SOCIAIS

Caderno 3 - 2021
DEMOCRACIA SOCIAL

AUTOR

MARCELO REIS GARCIA

ASSISTENTE SOCIAL, PROFESSOR DE PRÁTICAS SOCIAIS. TEM LONGA EXPERIÊNCIA EM PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA E EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FOI GESTOR MUNICIPAL E NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHEIRO MUNICIPAL E NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. ESTUDA E PESQUISA PRÁTICAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE.

CONSELHO EDITORIAL DO NÚCLEO DE GESTÃO SOCIAL

ADRYANNA MELO CAIADO

JORDANY CORINTO

ALEXANDRE PARRODE

GRACINHA CARVALHO CAIADO

RÚBIA ERIKA PRADO CARDOSO

MARCELO REIS GARCIA

EDIÇÃO DOS TEXTOS

Alexandre Parrode
Ayana Abrão
Larissa Quixabeira
Marcelo Gouveia

DIAGRAMAÇÃO

Vinícius Luz

GPS
Gabinete de
Políticas Sociais



ORGANIZAÇÃO
DAS VOLUNTÁRIAS
DE GOIÁS

GOVERNADOR

Ronaldo Caiado

**PRESIDENTE DE HONRA DA OVG E
PRIMEIRA-DAMA DE GOIÁS**

Gracinha Carvalho Caiado

VICE-GOVERNADOR

Lincoln Tejeta

DIRETORA GERAL

Adryanna Melo Caiado

COORDENAÇÃO GERAL

Gracinha Carvalho Caiado

**DIRETOR ADMINISTRATIVO
E FINANCEIRO**

Thomas Marcelo e Silva

EQUIPE GPS

Alexandre Parrode

Ayana Abrão

Fabiana Ceciliano

Juliana Cunha

Larissa Quixabeira

Lucyanna Marcella

Ludmila Almeida

Marcelo Gouveia

Maria Valente

Rogério Lima

Tariana Martins

Wiara Pimenta

DIRETORA DE PROGRAMAS ESPECIAIS

Rúbia Prado Cardoso

DIRETORA DE AÇÕES SOCIAIS

Jeane de Cássia Abdala Maia

GERÊNCIA SOCIAL

GERENTE

Jordany Corinto

COORDENADOR DE INFORMAÇÃO

Felipe Ferrari

COORDENADORA DE LOGÍSTICA

Roberta de Oliveira

PROFESSORES DA GERÊNCIA SOCIAL

Danilo Costa

Naira Araújo

Nívea Chagas

Rodrigo Salgueiro

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA GGSA

Silvia Moraes Faria Monteiro Belem

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

AMMAN, Safira. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade. São Paulo, Cortez, 1982.

ARENDT, Hanna. A condição humana. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 13 de julho de 1990.

BRASIL, Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 10 de julho de 2001.

BRASIL, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 15 de setembro de 2006.

CAIADO, Gracinha. Integração e Pé no Chão. O Popular. Copyright 2001-2021, J. Câmara e Irmãos S/A 02 de junho de 2019. Disponível em < <https://www.opopular.com.br/noticias/opiniao/opini%C3%A3o-1.146391/integra%C3%A7%C3%A3o-e-p%C3%A9-no-ch%C3%A3o-1.1811680>>. Acesso em setembro de 2021.

CAIADO, Gracinha. Mudar Realidades. O Popular. Copyright 2001-2021, J. Câmara e Irmãos S/A 03 de agosto de 2019. Disponível em < <https://www.opopular.com.br/noticias/opiniao/opini%C3%A3o-1.146391/mudar-realidades-1.1856110>> Acesso em setembro de 2021.

CAIADO, Gracinha. A pobreza pode ser vencida. O Popular. Copyright 2001-2021, J. Câmara e Irmãos S/A 02 de março de 2020. Disponível em < <https://www.opopular.com.br/noticias/opiniao/opini%C3%A3o-1.146391/a-pobreza-pode-ser-vencida-1.2005169>> Acesso em setembro de 2021.

CAIADO, Gracinha. Porta de Entrada. O Popular. Copyright 2001-2021, J. Câmara e Irmãos S/A 03 de janeiro de 2020. Disponível em < <https://www.opopular.com.br/noticias/opiniao/opini%C3%A3o-1.146391/porta-de-entrada-1.1965109>> Acesso em setembro de 2021.

CAIADO, Gracinha. Não ficamos parados. O Popular. Copyright 2001-2021, J. Câmara e Irmãos S/A 09 de maio de 2020. Disponível em < <https://www.opopular.com.br/noticias/opiniao/opini%C3%A3o-1.146392/n%C3%A3o-ficamos-parados-1.2049796>> Acesso em setembro de 2021.

CAIADO, Gracinha. Inclusão social sustentável. O Popular. Copyright 2001-2021, J. Câmara e Irmãos S/A 15 de julho de 2021. Disponível em < <https://www.opopular.com.br/noticias/opiniao/opini%C3%A3o-1.146393/inclus%C3%A3o-social-sustent%C3%A1vel-1.2285176>> Acesso em setembro de 2021.

CAIADO, Gracinha. Goiás Social. O Popular. Copyright 2001-2021, J. Câmara e Irmãos S/A 28 de julho de 2020. Disponível em < <https://www.opopular.com.br/noticias/opiniao/opini%C3%A3o-1.952961/goi%C3%A1s-social-1.2092719>> Acesso em setembro de 2021.

CAIADO, Gracinha. Lugar de criança é na infância. Diário da Manhã © 1980 – 2021 20 de junho de 2020 < <http://impresso.dm.com.br/edicao/20200620/pagina/14>> Acesso em setembro de 2021.

COSTA, Suely. Introdução a Metodologia - Teoria do Diagnóstico e da Intervenção em Serviço Social. CBCISS, Rio de Janeiro, 1973.

COSTA, Suely. Formação Profissional e currículos de Serviço Social. Serviço Social e Sociedade N 32. São Paulo, 1990.

COSTA, Suely. Signos em Transformação: A dialética de uma cultura profissional. Cortez, São Paulo, 1995.

GARCIA, Marcelo. SUAS: Sistema Único da Assistência Social. Cadernos Travessia. Revista IGS Edição 2. Belo Horizonte, 2009

MALAN, Pedro. Acabar com a Miséria só em 2015. Folha de S. Paulo. São Paulo. 2000

MACEDO, Carmem. A reprodução da desigualdade. Hucilec, São Paulo, 1990.

SPOSATI, Aldaíza. Cidadania e Comunidade Solidária. Serviço Social e Sociedade 48. Cortez, São Paulo, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. A menina Loas: Um processo de Construção da Assistência Social. Cortez, São Paulo, 2005

SPOSATI, Aldaíza. Vida Urbana e Gestão da Pobreza. Cortez, São Paulo, 1987

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da Cidadania. Serviço Social e Sociedade nº 55. Cortez, São Paulo 1997

EDUCAÇÃO

ASSISTÊNCIA
SOCIAL



ORGANIZAÇÃO
DAS VOLUNTÁRIAS
DE GOIÁS

GPS
Gabinete de
Políticas Sociais



É POR
VOCÊ
QUE A
GENTE
FAZ

SOCIAL

LOAS

CRAS

FOME

RENDA

INFORMAÇÃO

INTEGRAÇÃO

HABITAÇÃO

TRANSPARÊNCIA

COMUNICAÇÃO

DEMOCRACIA

APRENDIZAGEM

DIÁLOGO